



**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**
Brasil

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Militância política e teórico-científica da educação no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-501-3

DOI 10.22533/at.ed.013202610

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III. Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 01 de “***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 01 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO ESCOLAR E A COVID-19: DINÂMICAS DE TRABALHO E DESAFIOS PROFISSIONAIS DURANTE A PANDEMIA DE 2020	
Giliard Sousa Ribeiro Maria Carolina de Andrade José	
DOI 10.22533/at.ed.0132026101	
CAPÍTULO 2	14
A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO	
Aline Michelle Dib	
DOI 10.22533/at.ed.0132026102	
CAPÍTULO 3	27
INCLUSÃO ESCOLAR – UM DESAFIO POSSÍVEL	
Emera Maria Pinto de Moraes Almeida Benedita Debora Pinto de Moraes Costa Maria Aparecida Moraes Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026103	
CAPÍTULO 4	32
VOZES DO PODER: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA MÍTICA “CALÇA MOLHADA” DO MOLA, EM CAMETÁ-PARÁ	
Mix de Leão Moia Francisco Wagner Urbano José Luiz de Moraes Franco Zaline do Carmo dos Santos Wanzeler	
DOI 10.22533/at.ed.0132026104	
CAPÍTULO 5	41
PERSPECTIVA EDUCACIONAL CTS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO HUMANÍSTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Sueli da Silva Costa Guilherme Uilson de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0132026105	
CAPÍTULO 6	53
DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0132026106	
CAPÍTULO 7	65
A INVISIBILIDADE DA PRESENÇA INDÍGENA NO IEAA/UFAM	
Eulina Maria Leite Nogueira	

Luciane Rocha Paes
Kellyane Lisboa Ramos
Tarcísio Luiz Leão e Souza
DOI 10.22533/at.ed.0132026107

CAPÍTULO 8..... 79

A INDÚSTRIA COMO ESPAÇO EDUCATIVO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Ana Paula Speck Feijó
Fabiani Figueiredo Caseira
Joanalira Corpes Magalhães
Paula Regina Costa Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0132026108

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nara Hilda Batista Rocha
Adriana Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0132026109

CAPÍTULO 10..... 101

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO SUPORTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO DOCUMENTO REFERÊNCIA CURRICULAR PARA MATO GROSSO EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Cristina Pontarolo Lidoino
Alexandre Gomes Daniel
Nilcéia Frausino da Silva Pinto
Priscila Dayane Rezende Gobetti

DOI 10.22533/at.ed.01320261010

CAPÍTULO 11..... 115

ENTRELAÇAR ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nilvania de Jesus Santos
Alexandre Américo Almassy Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261011

CAPÍTULO 12..... 125

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Edineide Rodrigues dos Santos
Elizete Guedelha de Lima
Rizia Maria Gomes Furtado

DOI 10.22533/at.ed.01320261012

CAPÍTULO 13.....	136
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A REALIDADE DE UMA ESCOLA DO/NO CAMPO	
Fabiana Muniz Mello Félix Roseli Ferreira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.01320261013	
CAPÍTULO 14.....	148
A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA APROXIMANDO SABERES SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO, ESPORTE E CONSTRUÇÃO CIVIL	
Antônio Azambuja Miragem Roberto Preussler Valter Antônio Senger	
DOI 10.22533/at.ed.01320261014	
CAPÍTULO 15.....	154
A TUTORIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO DE MEDICINA DA UNIUBE: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Letícia Machado Dumont Izadora Cruz Andrade Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.01320261015	
CAPÍTULO 16.....	164
A FELICIDADE DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AMOR OU OPÇÃO	
Enilda Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01320261016	
CAPÍTULO 17.....	172
GESTÃO ESCOLAR NA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR UM OLHAR INCLUSIVO A CRIANÇA	
Rosana Clarice Coelho Wenderlich Caique Fernando da Silva Fistarol	
DOI 10.22533/at.ed.01320261017	
CAPÍTULO 18.....	180
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	
Danielle Araújo Ferreira Marques Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.01320261018	
CAPÍTULO 19.....	189
SABERES NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE	
Eva Batista dos Santos Silva Gleici Simone Faneli do Nascimento Paulo Alberto dos Santos Vieira	

DOI 10.22533/at.ed.01320261019

CAPÍTULO 20..... 197

SABERES E PODERES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO SOCIAL NA UEPB/GUARABIRA

Luciana Silva do Nascimento

Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

João Matias de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.01320261020

CAPÍTULO 21..... 210

ACESSO AO SUS POR PESSOAS TRANS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA A PARTIR NORMATIVA N°2.803/2013

Daniel da Silva Stack

DOI 10.22533/at.ed.01320261021

CAPÍTULO 22..... 222

“PARA ONDE FORAM AS ABELHAS”?: O ENSINO DE ECOLOGIA A PARTIR DO TEATRO DE DEDUCHES

Camila Oliveira Lourenço

Ana Flávia Santos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.01320261022

SOBRE OS ORGANIZADORES 232

ÍNDICE REMISSIVO 233

CAPÍTULO 6

DESAFIO CONTEMPORÂNEO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INTERCULTURAL NA AMAZÔNIA COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 21/07/2020

Simone Rodrigues Batista Mendes

Instituto Insikiran - UFRR

Boa Vista - Roraima

<http://lattes.cnpq.br/1646623313218226/>

RESUMO: Estudo reflexivo/descritivo, abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica/documental, objetivando identificar avanços na materialização do direito a educação, a partir da formação de professores indígenas na perspectiva intercultural, compreendendo-a como forma de garantia de direito a educação diferenciada, a luz da Constituição Federal Brasileira (CF), Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB, 1996), Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Texto descritivo das formações de professores indígenas do estado Roraima ocorridas nas últimas décadas. Compreendemos que o fortalecimento da educação escolar indígena depende da construção da autonomia intelectual, crítico-reflexiva, perpassando pela formação do professor indígena. Faz-se necessário que Roraima, estado com 11% da população indígena e 49% das suas terras demarcadas, invista continuamente em políticas de formação para ter seus próprios professores, um direito dos povos. A formação caracteriza-se como processo de construção da consciência política dos povos indígenas, uma prioridade para materialização do direito a educação e dos princípios da diferença e especificidade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito, Educação, Formação de Professores, Interculturalidade, Autonomia.

CONTEMPORARY CHALLENGE: INTERCULTURAL TEACHERS TRAINING IN THE AMAZON AS THE RIGHT TO DIFFERENTIATED EDUCATION

ABSTRACT: Reflective/descriptive study, qualitative approach, bibliographic/documentary research, which aim to identify advances in the materialization of the rights to education, starting from the training of indigenous teachers in an intercultural perspective, understanding it as a way of guarantee the rights to differentiated education, in the light of Brazilian Federal Constitution (CF), Law of Directives and Basis of Education (LDB, 1996), Convention of the International Labor Organization (ILO). Description of indigenous teacher training in Roraima, state of Brazil, that took place in recent decades. We understand that the strengthening of indigenous school education depends on the construction of intellectual, critical-reflexive autonomy, and this runs through the formation of indigenous teachers. It is necessary that Roraima, a state with 11% of the indigenous population and 49% of its demarcated lands continually invests in training policies, in order to have its own teachers, a right of them, characterized as a process of building the political consciousness of the indigenous peoples, a priority for materializing the rights to education and the difference and specificity principles.

KEYWORDS: Rights, Education, Teacher training, Interculturality, Autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

O texto visa fortalecer o debate sobre a formação de professores na perspectiva intercultural na Amazônia como forma de garantir o direito a educação diferenciada. “[...] parece ser hoje um consenso a proposta de que a escolas indígenas de qualidade sociocultural só serão possíveis se a sua frente estiverem, como docentes e como gestores os próprios indígenas, pertencentes as suas respectivas comunidades” (DCNs, 2013, p.376).

O consenso do DCN (2013) retrata a luta dos povos indígenas no Brasil, a busca por uma educação específica, diferenciada, bilingue, intercultural como garantia de direitos, resultante do enfrentamento e da resistência dos movimentos iniciados nos anos de 1970, “[...]estes continuam resistindo, de forma diferentes, através da multiplicação de suas organizações, da luta pelo reconhecimento e respeito de seus direitos tanto no plano nacional como internacional”. (PROFESSOR ENILTON - RCNEI, 2005, p.28).

Na década de 70, iniciou-se a estruturação de diferentes organizações indígenas, com o objetivo de defesa dos territórios e de luta por outros direitos. O movimento ganhou corpo e visibilidade nacional com as grandes reuniões, organizadas pela União das Nações Indígenas - UNI, juntando um número expressivo de povos indígenas. (RCNEI, 2005, p.28).

Direitos assegurados na Constituição Federal (CF/1988), ratificados na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/1966) que se coaduna com Convenção 169 da (OIT), qual o Brasil é signatário. São ordenamentos jurídicos que expressam a necessidade de reconhecimento, valorização das línguas, culturas, costumes e processos próprios de aprendizagem. Nesse contexto, entendemos que a formação de professores é uma importante ferramenta para consolidação do direito a educação diferenciada se materialize.

A formação de professores indígenas é bandeira de luta e reivindicação antiga dos povos indígenas na busca por uma escola indígena diferenciada e de qualidade social. O Nesse sentido o DCN (2013) reafirma o desejo dos povos indígenas que suas escolas sejam coordenadas por gestores e, o ensino realizado por professores de suas comunidades, conhecedores da realidade sociocultural povo e comunidade, citado no RCNEI (2005):

Os povos indígenas em todo o mundo, no contexto atual de inserção nos estados nacionais, têm contato com valores, instituições e procedimentos distintos dos que lhes são próprios. Eles têm o direito de decidir seu destino, fazendo suas escolhas, elaborando e administrando autonomamente seus projetos de futuro. Desse modo, a escola indígena faz parte desse projeto de construção autônoma do projeto societário. Para isso, a comunidade deve participar da definição do projeto político-pedagógico da escola, das decisões pedagógicas e curriculares e da organização e gestão escolares (Brasil, MEC/RCNEI, 2005).

O artigo tem como objetivo identificar avanços na materialização do direito a educação diferenciada dos povos indigenas a partir das políticas de formação inicial de

professores indígenas do estado de Roraima. Tem como princípio a formação como um dos fundamentos para consolidação do direito a Educação e a promoção dos Direitos Humanos.

2 I EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIREITO A DIFERENÇA

Os povos indígenas ao longo da sua história e principalmente nas últimas décadas vêm trabalhando arduamente para construir um modelo educativo diferenciado em oposição ao padrão assimilacionista e integracionista, modelo que por vários séculos buscou uniformizar sua educação e que buscava tirar o seu direito índio, com suas crenças, cultural, língua e, modo próprio de viver.

Nessa perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando um local de afirmação de identidades e de pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola. (DCNs, 2013, p.357).

Em contrapartida a esse modelo podemos afirmar que temos avanços significativos, principalmente no campo legal, e esforços para consolidação de uma educação diferenciada, contudo sabemos que ainda há um longo caminho para concretização do projeto de educação que atenda realmente as demandas específicas e diferenciadas dos povos indígenas. Nesse sentido a escola é e será lócus de transformação e fortalecimento dos direitos.

2.1 Constituição Federal (1988) e a Educação Escolar Indígena

Em relação à Educação Escolar Indígena, a Constituição Federal Brasileira de 1988 dá um grande salto quando reconheceu que o Brasil é um país pluricultural, assegurando aos “povos indígenas a garantia da manutenção de suas culturas, assegurando uma educação específica e diferenciada e pautada nos valores e na diversidade indígena, e reconhecendo o modo próprio de ser e fazer educação dos povos indígenas” (CF, 1998).

No Brasil, assim como em outros países das Américas, as minorias étnicas viveram importantes processos de luta política que levaram os estados nacionais ao reconhecimento de direitos relacionados à preservação de suas culturas e dos seus conhecimentos. Essa mudança é respaldada por uma legislação que permite aos indígenas desenvolverem propostas educacionais que valorizem suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico, ao mesmo tempo em que lhes abrem as portas para novas formas de inserção na sociedade não indígena brasileira com ênfase em uma cidadania que respeite e integre as diferenças, o outro. (MILHOMEM, 2008, p. 95).

Propostas e projetos educacionais evidenciados pela autora são respaldos pelos artigos 231 e 232 da CF/1988 que reconhece e assegura aos mais de 370 mil índios e 220 povos a organização diretiva sobre a língua, as crenças e tradições, que são diferentes entre si em muitos aspectos. Assim,

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses[...] (CF, 1988).

Os artigos tratam de direitos não reconhecidos ao longo da história. Afirmar e reconhecer esses direitos possibilita o Estado viabilizar por meio de políticas públicas ações afirmativas que visem corrigir direitos antes negados. Nesse sentido, com a CF/1988, permite criar mecanismos normativos que possam proteger não só direitos, mas também, seus interesses. Assim, em defesa dos seus direitos socioculturais e superação da condição de tutelados, o indígena vem nas últimas décadas criando organizações sociopolíticas que permita o fortalecimento e a defesa desses direitos, possibilidade reforçada pela constituição. O art. 210 da CF/1988:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (CF, 1988).

O artigo ao assegurar “[...] a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (CF, 1988), faz com que a escola indígena tenha um novo papel social, saindo da condição de reprodutora social para o papel de transformadora de realidade social. Para então transforma-se em lócus de afirmação de identidades e pertencimento étnico, um novo paradigma. Nesse sentido, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), afirma que reconhecimento da multietnicidade e da pluralidade simboliza:

[...] soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimentos, de filosofia originais, construídos ao longo de milênios pela pesquisa, reflexão, criatividade, inteligência e sensibilidade de seus membros. (...) Sua variedade e sua originalidade são um patrimônio importante não apenas para eles próprios e para o Brasil, mas, de fato, para toda a humanidade (RCNEI, 2005p.13).

Um dos papéis da formação de professores é fomentar e fortalecer o discurso do direito a especificidade e a diferença, prática intrínseca ao discurso dos Direitos Humanos, compreendido como direito universal e conjugado aos direitos universais entres eles a educação, sendo este hoje um dos princípios básicos da escola indígena nos dias atuais.

Assim, “para melhor compreender o desenvolvimento da educação escolar indígena no Brasil, [...] necessário investigar a legislação pois, um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar”, (AZEVEDO, 1996, p. 56). “Para não apanhar, mas outras situações, nós temos vontade de saber o que passa na sociedade envolvente. Por exemplo, a nova constituição nós temos que saber. (SEBASTIÃO DUARTE, RCNEI, 2005, p. 28).

2.2 Lei de Diretrizes e Base da Educação - (LDB - 1996)

Além da CF/1988 a educação escolar indígena se encontra amparada ainda na LDB/1996, com uma série de princípios que asseguram o direito a diferença como pluralismo de ideias, concepção pedagógica entre outras, segundo especialista a LDB atual quebrou muitos paradigmas em relação as outras Lei de Diretrizes e Bases brasileiras. O capítulo da Educação Básica orienta no art. 26 que o currículo da educação escolar indígena incorpora na parte diversificada suas características regionais da sociedade, da cultura e da economia, com respeito à diversidade de cada etnia.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.(LDB, 1996, p.10).

Já artigo 79 da LDB/96 define a responsabilidade da União junto aos povos indígenas garantindo que “a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa” (LDB,1996, p.23), especificando que os sistemas de ensino estaduais e municipais devem receber fomento por parte das agências federais para dar assistência ao desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar específica, diferenciada, bilíngue e intercultural aos povos indígenas, dentro de suas comunidades.

A Convenção nº 169/02 da Organização Internacional do trabalho - OIT - Sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada no Brasil em 2002, é documento de extrema importância no trato das questões indígenas, pois estabelece diretrizes internacionais para tratar questões fundamentais às populações tradicionais. A Convenção dispõe sobre os direitos dos povos indígenas como: a terra, recursos naturais, a não-discriminação e a viver

e se desenvolver de maneira diferenciada, conforme seus costumes. “Povos Indígenas têm direitos coletivos que são indispensáveis para a continuidade de sua existência, bem-estar e desenvolvimento como povos, e para o gozo dos direitos individuais de seus membros” (RORAIMA- PMIT, 2011, p. 22). Sendo no ordenamento jurídico brasileiro, o segundo documento da CF/1988 a balizar as decisões legais envolvendo os direitos indígenas do país.

Cabe ressaltar que direitos garantidos aos povos indígenas, na Constituição de 1988, LDB/1996 e Ratificado pela Convenção 169(OIT) são resultados do processo de democratização do país, de política internacional e também da organização política dos indígenas em meio aos movimentos e lideranças indígenas, que vem se articulando ao longo da história, criando oportunidades e interrompendo ações discriminatórias de forças contrárias aos interesses.

3 | A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL COMO DIREITO A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Compreendemos a formação de Professores Indígenas na perspectiva intercultural como uma forma legítima para materialização do direito a educação diferenciada. Nessa perspectiva, Conselho Nacional de Educação (CNE) corrobora quando sistematiza e publica duas resoluções. A primeira, a Resolução N° 03/99/CEB/CNE regulamenta o funcionamento das escolas indígenas e estabelece normas e ordenamento jurídico, apresentando para instrução o bilinguismo, inserção da interculturalidade, e a segunda, a Resolução 05/12/ CNE/ CEB na Secção II art. 19, dispõe sobre a formação de professores:

§ 1º A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal.

[...]

§ 3º Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena. (RESOLUÇÃO N° 05/12/CNE/ CEB).

Na esteira da regulamentação as Resoluções expressam a necessidade dos povos indígenas em formar um professor que atenda perfil e especificidade de seus povos, pois, não podemos esquecer que cada escola indígena é uma experiência pedagógica, e assim, deve ser tratada. O professor indígena carrega consigo a responsabilidade de ensinar e educar para o exercício dos direitos e deveres no interior da sociedade brasileira e, também para exercer sua cidadania na sua sociedade. (MAHER, 2006, p.24).

3.1 Formação de Professores Indígenas em Roraima

Uma busca ativa em sites, artigos e documentos institucionais, mapeou em Roraima formação inicial para professores indígenas em nível médio e superior. Os artigos “Escolas em movimento uma trajetória de uma política indígena” de Rosa Helena Dias da Silva - Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e outro constante no “site” do CIR sob o título “Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol - CIFICRSS”, descrevem que os primeiros professores foram formados no Internato do Surumu- Escola São José da Igreja Católica. Os indígenas residentes nesta região, ao concluírem primeiro grau, tornavam-se professor por necessidade, em função da dificuldade de enviar professor não indígena para região:

[...] no final da década de 40 surgia em pleno lavrado de Roraima - em meio a fazenda e malocas dos chamados peões caboclos (indígenas Macuxi e Wapixana) - a missão - escola de São José de Surumu, ligada à igreja católica. (NASCIMENTO, 2014, p. 24).

Desse modo, os primeiros professores indígenas foram formados na Missão Católica - Escola São José, localizada na vila do Surumu, município de Pacaraima (Reserva Raposa Serra do Sol) no ano de 1972, para atuar de 1ª à 4ª série do 1º grau e no ano seguinte formou a 2ª turma, só que para lecionar até a 8ª série do 1º grau e, assim vão surgindo os primeiros professores no estado.

A percepção da importância de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios começou a se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 70, época em que os primeiros Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organizações não-governamentais. Esses poucos programas pioneiros, no entanto, fizeram escola e rapidamente começaram a surgir, em todas as regiões do país, mais e mais programas de formação para Magistério Indígena. Durante a década de 80 e 90, um conjunto de medidas legais fez com que as questões envolvem a Educação Escolar Indígena passassem a fazer parte do rol de responsabilidade do Estado [...]. (MAHER, 2006, p.24).

De modo que, somente nos idos de 1990 o estado Roraima criou o primeiro curso específico para indígenas o Magistério Parcelado Indígena, com início em 1994, e tinha como objetivo qualificar 470 (quatrocentos e setenta) professores indígenas leigos, uma formação em serviço, ocorrida nos períodos de férias e recesso escolar dos professores.

O curso tinha carga horária de 3.120 (três mil, cento e vinte) horas, composto por disciplinas de formação geral: Linguística, Língua Materna, Língua Portuguesa, Inglês, Espanhol, Etnohistoria e Etnomatemática, Ciências Físicas e Biológicas, Educação e Saúde Jogos e Competições Indígenas. (NOGUEIRA; PERUSSOLO, 1996, p.45).

Com a finalização do curso Magistério Parcelado vários anos se passaram para implementação de outro projeto de caráter específico, nos anos de 2003/2004 por meio da

DIEI/SEED/RR e, em atendimento a reivindicação dos movimentos e lideranças indígenas, elaborou novo curso o Projeto Tamî'kan formação em magistério normal/nível médio, com objetivo de habilitar professores indígenas para atuar da 1ª à 4ª série nas escolas indígenas do estado.

Em 2007 o Centro Estadual de Formação da Educação de Roraima - CEFORR (Lei Estadual nº 611/2007), unidade desconcentrada administrativa subordinado à Secretaria de Estado da Educação e Desportos (SEED/RR), acolheu pedagogicamente a função de dar continuidade ao Projeto Tamî'kan e Magistério Yarapiari, cursos que se encontravam em andamento e eram executados respectivamente pela DIEI/SEED/RR e pelo Instituto Socioambiental, e por não serem instituições de ensino, não poderiam continuar executando os projetos, comprometendo inclusive a certificação. Posteriormente a pedido das etnias criaram-se outros magistérios, atendendo as reivindicações das especificidades.

3.1.1 Política da Rede Estadual de Ensino de Roraima: os magistérios/ ensino médio

a) **Magistério Tamî'kan** (Sete Estrelas) - curso em nível médio com objetivo de habilitar professores para atuar do 1ª ao 5º ano do ensino fundamental. Na sua primeira edição formou no período de 2006 a 2013 243 professores para atuar nas escolas de suas comunidades. O Magistério Tamî'kan na sua primeira edição assegurou a formação inicial dos professores indígenas que se encontravam em serviço, ou seja, docentes nas escolas estaduais, localizadas em terras indígenas.

O curso teve continuidade e continua formando professores, hoje com algumas alterações em relação projeto inicial. No primeiro momento só professores que se encontravam em sala, formação em serviço, e atualmente com indicados pela comunidade que são colaboradores na escola. Assim, é possível fazê-lo em duas modalidades: médio integrado e médio profissional:

Médio Profissional	Quantidade	Total
Matricula inicial	173	173
Concludentes	131	131
Desistentes	034	034
Pendentes TCC	008	008
Médio Integrado	Quantidade	Total
Matricula inicial	052	052
Desistentes	007	007
Matriculas ativa	045	045

Tabela 1

Fonte: CEFORR/2019

b) **Curso Normal Yarapiari** (Pássaro Sabiá) - curso nível médio magistério específico para etnia Yanomani. Iniciou com a organização não governamental Hutukara (Associação dos Povos Yanomami). O curso acontece em contexto multilinguístico com cinco variações linguísticas diferentes: Sanõma, Yanomama, Yanomae, Yanomami e ainda a Língua Portuguesa. Em 2008, o curso foi repassado ao estado e passou a ser executado pelo CEFORR, iniciou com 60 (sessenta), atualmente apresenta os seguintes resultados:

Médio Integrado	Quantidade	Total
Remanescente de 2011	57	57
Concludentes 2017	18	18
Concludentes 2018	16	16
Matriculas ativas	23	23

Tabela 2

Fonte: CEFOR/RR

c) **Magistério Amokoóisantan** (Velho Sábio) - Curso Nível Médio Magistério - voltado a professores Ingarikó, Makuxi e Patamona, moradores da Região do Ingarikó e Serras. O magistério Amokoóisantan foi uma solicitação da etnia Ingarikó reivindicando um atendimento específico e diferenciado a sua etnia, com língua materna específica e a parte diversificada voltada para atendimento aos hábitos e costumes desta etnia. Iniciou no 1º semestre de 2017 com 35 matrículas e está em andamento, conforme dados abaixo:

Médio Integrado	Quantidade	Total
Matricula Inicial	35	35
Desistentes	03	03
Matriculas ativas	32	32

Tabela 3

Fonte: CEFORR/RR

3.2 Ensino Superior: formação de professores indígenas

O Estado de Roraima vem implementando ao longo das últimas décadas várias experiências na área de formação de professores indígenas. As IES federais, estaduais e privadas desenvolvem cursos de formação de professores específicos em atendimento aos povos indígenas. Como exemplo tem-se: As Políticas de Formação de Professores Indígenas aplicadas no Estado de Roraima:

A Universidade Federal de Roraima - UFRR: Licenciatura Intercultural: Formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Plena com enfoque intercultural, com áreas de concentração em Ciências Sociais, em Comunicação e Artes ou em Ciências da Natureza, de acordo com legislação vigente. A primeira turma formou 37 alunos. Entrada de 60 alunos por vestibular. (PPP - LICENCIATURA INTERCULTURAL, 2002, p. 12).

A Licenciatura Intercultural ofertada pela UFRR ao longo desses anos teve mais de 600 (seiscentas) matrículas desde a sua implantação em 2003. O projeto é resultado de um esforço conjunto das organizações indígenas e a universidade gerando, inclusive, a criação do Núcleo Insikiran, setor responsável na UFRR pela formação superior de indígenas na instituição. Para Freitas (2011), o Instituto Insikiran,

[...] mais do que proporcionar o acesso de indígenas ao ensino superior, quase sempre pensado e projetado para as elites da população brasileira, as ações do Instituto têm o objetivo de tornar ostensiva a presença e a causa indígena no meio universitário e no cenário intelectual local e nacional. (FREITAS, 2011, p. 611).

O Instituto Insikiran desde sua criação matriculou 792 durante os 16 anos e atualmente está com mais de 500 matriculados nas três áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Comunicação e Artes e Ciências da Natureza.

Matrículas ativa	Formados	Em fase de TCC
308	380	102

Tabela 4

Fonte: Coordenação Insikiran – dados Licenciatura Intercultural

a) **Universidade Estadual de Roraima** - oferece licenciatura em Pedagogia Indígena para professores indígenas no campus do município de Pacaraima e com salas descentralizadas na região do Contão, com o curso de Pedagogia Indígena e ainda com sala descentralizada na região do Surumu dos cursos de Ciências da Natureza e Matemática com ênfase em Matemática e Física. (<http://uerr.edu.br>).

b) **Centro Universitário Claretiano** - Licenciatura em Pedagogia para 200 (duzentos) indígenas, com atividades iniciadas em 2015 e com a proposta futuramente oferecer pós-graduação com foco na formação de professores indígenas, contudo não é um curso com matriz específica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de formação docente apresentadas são consequências dos mais de 50 anos de luta das lideranças e organizações que vem se consolidando na força e na pressão

política dos movimentos indígenas de todo país. O crescimento da população indígena leva a necessidade de escolas, obriga o Estado a ampliar a oferta de matrículas em todos os níveis e etapas (da alfabetização ao ensino superior).

O ensino superior em Roraima para os indígenas é resultado da relação dialógica entre o estado e os povos, um avanço na garantia de direitos e na formação pedagógica dos professores indígenas, curso específico para esta população. Logo a formação desse povo deve ser percebida “[...] não só como recurso de fortalecimento das identidades, mas, também, enquanto recursos de construção de autonomia e emancipação para o enfrentamento dos problemas que a eles se põe na contemporaneidade. (NASCIMENTO; VINHA, 2007, p. 5).

Em síntese, a materialização do direito a educação escolar indígena depende da construção da autonomia intelectual, crítico-reflexiva que emancipa o sujeito e, isso perpassa claramente pela formação do professor indígena. Atualmente o estado de Roraima com suas políticas afirmativa dispõe de formação de professores específica do médio (modalidade normal) ao superior.

A política loco-regional garantiu o direito ao professor a carreira do magistério estadual em duas categorias: professor com ensino médio normal e professor com nível superior, uma vitória em face aos desafios de implementação de sua formação.

Assim, podemos concluir que no extremo norte do Brasil a formação de professores indígenas, vem acontecendo como garantia de direitos e respeito a diversidade, contudo cabe salientar que as políticas incidem no processo de luta, pois ter seus próprios professores é um desejo dos povos indígenas.

Desse modo, a formação de professores para os povos indígenas caracteriza-se como processo de construção da consciência política, sendo uma prioridade para materialização do direito a educação e dos princípios a diferença, especificidade, bilinguismo e da interculturalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Escala 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares nacionais da educação Básica/Ministério da Educação**, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** (ORG) Ricardo Henriques Kleber Gesteira Susana Grillo Adelaide Chamusca. Brasília, 2007.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

FREITAS, A. M. B. de. **O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena.** R. bras. Est. pedag. Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set./dez. 2011. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1851/1738>. [12 mar. 2019].

GUIMARÃES, S. M. G. **Aquisição da escrita e diversidade cultural:** a prática de professores Xerentes. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

MAHER, Terezinha Machado. **A Formação de Professores Indígenas: Uma Discussão Introdutória.** Formação de professores Indígenas: repensando trajetórias/organização Luiz Donizete Benzi Grupioni-Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MENDES, S.R.B. **Formação de Professores Indígenas: um direito a diferença.** Socioambientalíssimo de Fronteiras: sobre uma Amazônia múltipla/coordenação de Edson Damas da Silveira, Serguei Aily Franco de Camargo. Curitiba: Juruá, 2017.V. V/pp129-147.

MILHOMEM, M. S. F. dos S. Educação Escolar Indígena: as Dificuldades do Currículo Intercultural e Bilingue. **Revista Fórum Identidades**, São Cristóvão, SE, ano 2, v.3, pp. 95-102, jan.-jun. 2008.

NASCIMENTO, A. C.; VINHA, M. **Educação escolar indígena e o Sistema Nacional de Educação.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/01.pdf. [Acesso em: 10 abr. 2018].

NASCIMENTO, R. N. **Interculturalidade e educação escolar indígena em Roraima:** da normatização à prática cotidiana. 2010. 266f. Tese (Doutorado). - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

RORAIMA. **PPP - Licenciatura Intercultural.** Instituto Insikiran- Universidade Federal de Roraima, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelhas 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Aprendizagem Interdisciplinar 148

Assistencialismo 14

Atendimento Educacional Especializado 28, 29, 31, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Autonomia 18, 21, 27, 45, 48, 53, 55, 63, 72, 107, 123, 132, 170, 195, 213, 218, 219

C

Cidadania 16, 30, 43, 44, 52, 55, 58, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 172, 174, 181, 182, 217, 220

Coletividade 45, 120, 136, 192

Coronavírus 1, 3, 5, 11, 12, 13, 15, 18, 26

CTS 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52

D

Desenvolvimento Humano 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 106, 127, 173, 183

Desenvolvimento Sustentável 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123

Diálogo 10, 41, 49, 83, 102, 121, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 149, 150, 151, 179, 185, 193, 194, 195, 205, 225, 229

Direito 5, 17, 21, 26, 28, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 64, 67, 102, 117, 125, 126, 127, 131, 140, 151, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 198, 200, 205, 211, 214, 218

Docência Universitária 189, 196

Documento Referência Curricular 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113

E

Ecologia de Saberes 197, 198, 203, 205, 206, 209

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 85, 87, 88, 89, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 219, 223, 225, 230, 231, 232

Educação Ambiental 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 144, 232

Educação do Campo 135, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147
Educação Inclusiva 28, 31, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 172, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Infantil 27, 30, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179
Educação Profissional 41, 47, 48, 49, 50, 142, 149
Empoderamento 80, 197, 202
Ensino-Aprendizagem 4, 10, 88, 90, 98, 100, 153, 180, 185, 190, 223, 229
Ensino de Ecologia 222, 230
Ensino Remoto 1, 4, 5, 11, 15, 18, 22, 24
Ensino Superior 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 61, 62, 63, 65, 67, 73, 158, 160, 161, 189, 190, 191, 195, 196, 203, 232
Equilíbrio Ecológico 222, 224, 225, 229
Espaço Educativo 46, 51, 79

F

Formação Básica 6, 56, 148
Formação Continuada 6, 41, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 114, 125, 128, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 167
Formação de Professores 4, 5, 41, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 73, 77, 90, 112, 114, 125, 130, 131, 140, 189, 193, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 232
Formação Docente 62, 99, 104, 136, 138, 146, 163, 189, 194, 196, 207, 231
Formação Humanística 41, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 162
Formação Técnica 148, 150, 182

G

Gênero 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 180, 182, 189, 204, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221
Gestão Escolar 1, 6, 10, 13, 140, 172, 175, 176, 177, 179

I

Identidade 37, 78, 81, 136, 139, 140, 142, 145, 146, 153, 166, 168, 173, 175, 200, 201, 202, 208, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221
Inclusão 14, 16, 17, 18, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 77, 80, 87, 94, 95, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 148, 151, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 219
Indígena 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 200
Integração Curricular 148

Interculturalidade 53, 58, 63, 64

J

Juventude 180, 187, 188

M

Medicina 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 205, 210, 211, 220

Mercado de Trabalho 15, 16, 24, 50, 79, 80, 86, 105

N

Narrativa 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40

O

Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 115, 120

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 23, 24, 26

Participação 8, 29, 30, 42, 49, 50, 52, 67, 71, 72, 74, 82, 83, 86, 94, 98, 121, 130, 131, 132, 136, 139, 140, 149, 152, 157, 176, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 195, 198, 229

Pessoa com Deficiência 27, 175, 179

Políticas Públicas 10, 14, 15, 16, 17, 21, 25, 42, 56, 73, 101, 102, 103, 105, 106, 112, 114, 116, 146, 174, 175, 176, 177, 195, 210, 216, 219, 221

Pragmática 32, 33, 37, 38, 39, 40

R

Reconhecimento 15, 23, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 73, 74, 76, 112, 143, 165, 181, 204, 210, 218, 220

Representações Sociais 78, 154, 155, 156, 157, 158, 163

S

Sala de Recursos Multifuncionais 125, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135

Sexualidade 79, 81, 82, 83, 84, 86, 211, 214, 217, 219, 220

Sistema Único de Saúde 210, 211, 212, 220, 221

Sujeitos Políticos 180, 187

T

Teatro de Dedoche 222, 230

Tecnologia 1, 3, 4, 10, 11, 15, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 128, 129, 132, 134, 135, 148, 198, 232

Teoria Histórico-Cultural 88, 89, 90

Trabalho Docente 17, 90, 114, 176, 189

Transexualidade 210, 211, 213, 216, 217, 220, 221

Tutoria 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163

U

Universidade 1, 3, 12, 14, 16, 17, 19, 25, 32, 40, 52, 59, 62, 64, 74, 76, 77, 78, 79, 88, 115, 128, 135, 146, 154, 155, 156, 158, 172, 178, 179, 180, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 209, 220, 222, 225, 230, 232

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020